

Leblon, 28 de Julho, 2006

Prezado Manoel Carlos,

Gostaria de cumprimentá-lo pela novela *Páginas da Vida*, que aborda, com grande competência, temas importantes e delicados como o abuso da cesariana no Brasil, a síndrome de Down, o adultério, a gravidez fora do casamento, entre outros.

Com relação a este último tema, quando a personagem Nanda fica grávida, seu companheiro levanta a possibilidade de que ela realize um aborto. Entretanto, ele o faz em um contexto de rejeição a uma possível paternidade sem uma discussão mais aprofundada sobre o tema.

Escrevo-lhe, como uma pessoa comprometida com os direitos reprodutivos de mulheres e homens, cujo pilar é justamente o direito de opção por ter ou não ter filhos, bem como pelo seu número e espaçamento, para sugerir que a novela suscite um debate mais completo sobre a interrupção voluntária da gravidez. Este é um tema que vem sendo discutido na nossa sociedade ainda de forma tímida. Frequentemente, os indivíduos e organizações favoráveis à descriminalização do aborto são tratados como “criminosos” e contrários à dignidade da pessoa humana.

No contexto de *Páginas da Vida*, respeitando o direito da personagem em levar adiante sua gravidez em qualquer circunstância, haveria um espaço para que, não do lugar da rejeição, como o de seu companheiro, nem da hostilidade como de sua mãe, fosse levantado um debate sobre o aborto com um direito. Direito este que, muito embora já reconhecido na maioria dos países integrantes da ONU, no Brasil, enfrenta ainda resistências poderosas para sua efetivação, mesmo em circunstâncias já previstas por lei desde a década de 1940, como no caso de estupro. O que estou sugerindo não é uma apologia do aborto mas tão somente um debate que contemple pontos de vista diferentes, condizente com a diversidade e pluralidade de valores culturais e religiosos, que caracteriza nossa sociedade.

Calcula-se que são realizados anualmente 1 milhão e 400 mil abortamentos no nosso país sendo que, frequentemente em condições inseguras levando a que esta seja a quarta causa de mortalidade materna no Brasil. Além de um debate a partir dos direitos humanos, trata-se também de uma questão de saúde pública.

Atenciosamente,

Jacqueline Pitanguy